



Índice

- 01** [Mais um índio é morto a tiros em Mato Grosso do Sul](#)
- 02** [Cardozo pede para PF investigar uso de recursos de índios por terceiros no RS](#)
- 03** [Índios dizem no Planalto que não deixam terras no MS](#)
- 04** [Comissão Pró-Índio lança site sobre a consulta livre, prévia e informada](#)
- 05** [Fundação Nacional do Índio gasta pouco com demarcações de terras](#)
- 06** [Brincar de índio...](#)
- 07** [Índio e descendente](#)
- 08** [Planalto ameaça ir à Justiça para tirar índios da Funai](#)
- 09** [Índios Kaiapó fecham a Br-163 em Novo Progresso](#)
- 10** [Índio ferido a tiro deve receber alta médica, diz diretor de hospital em MS](#)
- 11** [Índios na Funai não ganham alimentação correta](#)
- 12** [Força Nacional deve entrar em área ocupada por índios em MS na sexta](#)



Mais um índio é morto a tiros em Mato Grosso do Sul

SÍTIO UOL, 12.06.2013

Doze dias depois do assassinato do índio terena Oziel Gabriel Alves, 34, num conflito com policiais que cumpriam ordem de reintegração de posse, na fazenda Buriti, em Sidrolândia (MS), outro índio foi morto a tiros na manhã desta quarta-feira (12), em Paranhos, também em Mato Grosso do Sul, na fronteira com o Paraguai.

Um investigador da Polícia Civil da cidade, distante 477 km de Campo Grande, confirmou a morte do índio guarani-kaiowá Celso Rodrigues, 42. A assessoria de imprensa do Cimi (Conselho Missionário Indigenista) em Brasília também confirmou o assassinato.

Rodrigues e o pai seguiam da aldeia Paraguassú, onde iam receber dinheiro por um serviço prestado. Perto de um córrego, ainda na aldeia, Rodrigues foi atacado por dois homens que usavam capuzes. O índio levou um tiro, caiu e depois foi atingido por dois ou três tiros e morreu no local. O pai dele escapou porque correu de volta para a aldeia.

Até o início da noite, a polícia de Paranhos não tinha pista dos pistoleiros e ainda não trabalhava com a hipótese de o caso ter ligação com disputa por terra. Na região, já houve conflitos entre índios e fazendeiros com mortes.

Em novembro de 2009, os índios Olindo e Genivaldo Verá, primos e professores, foram atacados por homens armados enquanto os dois e mais 18 guarani-kaiowá invadiam a fazenda São Luiz, tida como território indígena. O grupo foi recebido a bala. O corpo de Genivaldo foi achado quinze dias depois boiando num rio da região, mas o do primo ainda hoje está desaparecido.

Em agosto do ano passado, os índios ocuparam outra fazendas e o caso exigiu a presença da Força Nacional de Segurança.



Cardozo pede para PF investigar uso de recursos de índios por terceiros no RS
SÍTIO BOL, 12.06.2013

Durante reunião sobre demarcações de terras indígenas com um grupo de deputados, nesta quarta-feira (12), o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, determinou à Polícia Federal que investigue uma denúncia de que integrantes de um movimento social estariam usando recursos em nome de índios no Rio Grande do Sul.

A denúncia foi feita pelo deputado Jerônimo Goergen (PP-RS), que conseguiu informações com um índio do município de Tenente Portela (a mais de 400 km da capital gaúcha, Porto Alegre) de que pessoas sacaram em nome de centenas de índios recursos do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), que financia projetos individuais ou coletivos de produção agrícola.

"Eu entreguei o nome de 600 indígenas ao ministro com a conta bancária, e ele pediu à Polícia Federal que verifique esta questão", resumiu Goergen.

Demarcações de terras indígenas

O objetivo principal da reunião era dar continuidade às conversas de Cardozo com a comissão do Legislativo sobre os processos de demarcações de terras indígenas. Os deputados defendem a suspensão das demarcações em todo o país "como forma de estancar a crise fundiária que se instalou no meio rural".

No entanto, o ministro adiou para a próxima semana um primeiro posicionamento por parte do governo ao pleito dos parlamentares depois de iniciada a primeira reunião do fórum com representantes do governo federal, do governo estadual do Mato Grosso do Sul, de lideranças indígenas e de fazendeiros.

Cardozo afirma que o modelo que poderá ser definido no Mato Grosso do Sul poderá servir para o resto do país para solucionar o problema de disputa de terras.

"Precisamos melhorar o processo de demarcação para que não tenhamos tantas judicializações, não tenhamos tantos conflitos, mas, ao mesmo tempo, pegar a situação tensa no Mato Grosso do Sul num fórum, onde vamos encontrar um denominador comum nas perspectivas de garantirmos todos os direitos dos envolvidos, dentro de uma paz, de uma tranquilidade", afirmou o ministro.

No Mato Grosso do Sul, o conflito mais recente foi no município de Sidrolândia, onde quatro pessoas foram feridas e o índio Oziel Gabriel foi morto durante a reintegração de posse de uma fazenda ocupada por integrantes da etnia terena.



Índios dizem no Planalto que não deixam terras no MS

SÍTIO TRIBUNA, 12.06.2013

Índios terena e guarani-kaiowás estiveram reunidos na tarde desta quarta-feira no Palácio do Planalto com os ministros da Secretaria-Geral da Presidência, Gilberto Carvalho; da Casa Civil, Gleisi Hoffmann; da Justiça, José Eduardo Cardozo; e da Advocacia-Geral da União, Luís Inácio Adams; além de representantes da bancada sul-mato-grossense do Congresso Nacional.

Depois de duas horas de reunião, os índios disseram que não vão desocupar as terras em Mato Grosso do Sul onde já estão. "Acho que a necessidade de se indenizar a terra foi um ponto comum de todos aqueles que falaram.

Existem várias alternativas. Há a disposição para que se busque uma solução definitiva sobre essas questões, desde áreas que foram confiscadas e as áreas hoje pretendidas pelas etnias indígenas", afirmou o senador Delcídio do Amaral (PT-MS). "A partir do momento em que o governo buscar uma solução para indenizar as áreas, nós vamos começar a mitigar esses efeitos, a distensionar o clima para trazer tranquilidade a todos, para as etnias, para os produtores de terra."

Uma nova reunião deve ocorrer nesta quinta-feira, 13, com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Para o senador sul-mato-grossense, o problema não será resolvido com uma "solução simples", mas advertiu que a situação está "sob controle" no Estado. "Não é numa penada que se resolve. Você tem que envolver outros poderes para primeiro equacionar o que está causando mais atrito, depois olhar a questão das aldeias e, em terceiro lugar, estabelecer uma política de demarcação forte, consistente, que não traga nenhum tipo de dúvida, não só sob o ponto de vista das terras, das etnias e dos produtores, mas também sob o ponto de vista jurídico", afirmou.

Para Delcídio do Amaral, o governo não tem o objetivo de enfraquecer a Fundação Nacional do Índio (Funai). "A Funai não cuida só de demarcação de terras indígenas. A Funai é protagonista de trazer para o governo as demandas indígenas. O papel da Funai não é só demarcação. É muito mais amplo, como representante das etnias indígenas brasileiras", comentou Amaral.

Na avaliação do índio terena Lindomar Pereira, o posicionamento de não sair das áreas ocupadas está mantido. "Da nossa parte, permanecemos nas áreas ocupadas. Recuar, por enquanto, não", afirmou a jornalista. "Temos a confiança e esperança de que daqui para frente conseguiremos achar uma solução", comentou. "O que queremos é nossa terra tradicional, onde nascemos e queremos morrer", reforçou o índio guarani-kaiowá Anastácio Peralta.



Comissão Pró-Índio lança site sobre a consulta livre, prévia e informada

SÍTIO BRASIL DE FATO, 12.06.2013

Site traz informações sobre a consulta prévia no Brasil e América do Sul; objetivo é acompanhar como o direito à consulta vem se efetivando nos países

O debate sobre a consulta prévia assume importância crescente em todos os países da América do Sul. No Brasil não é diferente. Os impasses envolvendo a falta de consulta aos povos indígenas no processo de construção das hidrelétricas de Belo Monte e do Tapajós colocam questões importantes como o momento e os efeitos da consulta prévia.

Por outro lado, o governo federal prevê divulgar até o setembro de 2013 uma proposta de regulamentação dos procedimentos da consulta prévia assegurada pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Diante desse cenário, a Comissão Pró-Índio de São Paulo lança o hotsite "Direito à Consulta livre, prévia e informada" como um espaço para difundir informações – estudos, leis, publicações, materiais didáticos, vídeos – de diferentes autores e países que possam subsidiar o debate sobre a aplicação e a eventual regulamentação desse direito no Brasil. O endereço do site é www.cpis.org.br/consulta.

Além de informações sobre o processo de regulamentação no Brasil, o site trás um repertório de legislação que regulamenta a consulta em países como Peru, Bolívia, Equador e Colômbia, várias delas traduzidas para o português.

Regulamentação no Brasil

A decisão do governo brasileiro de regulamentar os procedimentos para a consulta em 2012 decorre da denúncia de não cumprimento da Convenção 169 apresentada a OIT pela Central Única dos Trabalhadores em 2008. A Comunicação da CUT atendeu a demanda de organizações indígenas e quilombolas e ONGs que elaboraram estudos para subsidiar a denúncia. A Comissão Pró-Índio de São Paulo foi uma das organizações autoras da "Comunicação Quilombola".

Em decorrência da Comunicação, o Brasil foi incluído em lista provisória de casos cuja análise ocorreria na Comissão de Aplicação de Normas da 100ª Conferência Internacional do Trabalho em julho de 2011. Em maio de 2011, o Governo brasileiro e a CUT fecharam um acordo que permitiu a retirada temporária do caso contra o Brasil. Fez parte desse acordo o compromisso do Governo em iniciar a discussão sobre o processo de regulamentação da consulta prévia.

A agenda governamental do processo de regulamentação bem como os diversos documentos divulgados pela Sociedade podem ser acessados no hotsite da Comissão Pró-Índio de São Paulo.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 101 / 2013

Brasília, 13 de junho de 2013.

Para a pesquisa e produção do hotsite, a CPI-SP contou com o apoio de ICCO, Christian Aid, DKA-Áustria e Size of Wales.

Conheça o site Direito à Consulta prévia, livre e informada: www.cpis.org.br/consulta.

Fundação Nacional do Índio gasta pouco com demarcações de terras
SÍTIO CORREIO BRAZILIENSE, 12.06.2013

Orçamento do órgão prevê quase R\$ 90 milhões para regularização de terras este ano, mas apenas R\$ 7,3 milhões foram liberados até agora. Ocupação da sede entra no segundo dia



Um grupo de índios marchou da sede da Funai, ocupada na segunda-feira, até a Praça dos Três Poderes

Dos R\$ 89 milhões previstos no orçamento da Fundação Nacional do Índio (Funai) para demarcação e regularização de terras indígenas no país este ano, menos de 10% saíram dos cofres até agora. Apenas R\$ 7,3 milhões foram efetivamente pagos, já considerando os restos a pagar (empenhos de anos anteriores quitados no atual exercício). Embora os recursos destinados a resolver problemas fundiários que envolvem essas comunidades tenham aumentado quase seis vezes este ano em relação a 2012 — quando o montante foi de apenas R\$ 16,9 milhões —, a lentidão na execução das ações se reflete na crise atual da política indigenista brasileira (veja o quadro). Um protesto na Esplanada dos Ministérios reuniu cerca de 150 índios, que estão em Brasília desde a semana passada para cobrar respostas do governo.

Acampados na Funai desde segunda-feira, os índios marcharam pela Esplanada e pararam em frente à pasta de Minas e Energia, onde se deitaram no chão e marcaram o contorno do corpo com tinta branca — como peritos fazem em cenas de homicídio. O grupo protestou contra a construção de usinas hidrelétricas na Amazônia. Mais numerosos entre os manifestantes, os mundurucus reclamam que serão afetados pelas obras de barragem do Rio Tapajós, no Pará. Eles criticam o fato de o governo federal, responsável pelos empreendimentos, não ter feito uma consulta prévia, em respeito ao direito de veto deles, como determina a Constituição Federal e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho. A Usina Hidrelétrica de Belo Monte é um outro ponto de destaque da pauta indígena.



Brincar de índio...

SÍTIO CAMPO GRANDE NEWS, 12.06.2013

Foi o estado brasileiro que inventou essa guerra entre índios e proprietários rurais, então ele que resolva a situação! Pois é, deveria ser assim – o governo resolver a situação – mas infelizmente não é isso o que está acontecendo. Os ministros da justiça e da casa civil nem tentaram dissimular ou fingir; ao contrário, eles já demonstraram que não querem resolver e não vão resolver essa tormentosa questão. O que fazer então? O que podemos fazer diante dessa postura omissa, indiferente, ausente e covarde do governo brasileiro?

Infelizmente muito pouco, pois o povo brasileiro, alimentado pelos “vales” do governo, continuará inflexível na sua costumeira “vida de gado”; os produtores rurais, que são os que teriam que reagir, ainda não entenderam a gravidade da situação... Eles também estão “brincando de índio”!

Entendo que não podemos ceder. A sociedade civil organizada não pode ceder. O Brasil para ser competitivo precisa produzir. O produtor rural não deve ceder, não deve aceitar essa negociação que está sendo engendrada pelo governo federal. O proprietário rural não deve negociar as terras que legitimamente adquiriu. Não podemos transformar nosso patrimônio imobiliário, que é a grande oficina do nosso PIB, em museu rural de história mal contada. Não podemos nos transformar em vassalos de organismos internacionais... E não se esqueçam de que essa história é conhecida:

“Na primeira noite eles se aproximam e roubam uma flor do nosso jardim.

E não dizemos nada.

Na segunda noite, já não se escondem; pisam as flores, matam nosso cão, e não dizemos nada.

Até que um dia, o mais frágil deles entra sozinho em nossa casa, rouba-nos a luz, e, conhecendo nosso medo, arranca-nos a voz da garganta.

E já não podemos dizer nada” (Eduardo Alves da Costa, “No Caminho com Maiakóvski”).

Então, é isso! Se quisermos atingir os patamares só reservados aos países de primeiro mundo, vamos ter que abandonar essa “brincadeira de índio” e começar, de forma séria e responsável, uma nova História do Brasil...!

Antônio César Lacerda Alves é advogado.



Índio e descendente

SÍTIO GCN, 12.06.2013

Quando se pergunta a um cidadão norte-americano o que foi feito dos índios do seu país, ele diz, sem nenhum constrangimento, que "se aculturaram e viraram cidadãos brancos". Se o interlocutor argumenta com os massacres vistos nos filmes, diz tratar-se de "pura ficção de Hollywood".

Verdade ou não, é o que corre de boca em boca naquele país. E tem sua lógica, pois o índio, quando se acultura, por vontade própria ou por circunstâncias, faz a opção de viver a vida de branco, embora não seja obrigado e nem deva esquecer suas origens.

Se formos verificar quem são os índios que hoje lutam por terras e promovem confronto com o governo e as instituições, concluiremos que não são índios na integridade do termo.

São descendentes, aculturados pelo governo, religiosos, assediadores políticos, garimpeiros, madeireiros, invasores de terras, caçadores, traficantes e até por guerrilheiros, que os afastam de sua cultura e não têm condições, ou interesse, de integrá-los à vida da sociedade branca.

O resultado é esse indivíduo confuso, dependente, crente que é credor da sociedade, e portador do sonho de grandes "nações indígenas" dentro do território nacional. Não vive mais no seu estado natural - da caça, pesca ou extração - e possui eletrônicos, veículos, armas de fogo e hábitos do branco, mas exige terra.

Desde que o Estado brasileiro tomou a bandeira de proteção ao índio, não conseguiu satisfazê-lo. Antes o SPI - Serviço de Proteção ao Índio, criado em 1910, e depois a sucessora do SPI, Funai - Fundação Nacional do Índio, de 1967, foram odiados por consideráveis parcelas dos silvícolas, insatisfeitos com o que os órgãos e o governo lhes proporcionam.

Existem trabalhos que notabilizaram seus autores, e que podem ter atendido e até protegido aldeias e nações índias, mas não sensibilizaram o próprio índio.

Marchamos para um momento crucial. Os índios ou seus descendentes resolveram enfrentar o governo e a sociedade. Invadem propriedades particulares e obras governamentais, ateam fogo, depredam, desobedecem ordens judiciais e se travestem de autoridades. O governo e suas autoridades têm o dever de encontrar uma solução. Não podem ocorrer intrigas palacianas como a de dias atrás, quando um ministro criticou o outro por cumprir ordem judicial, e depois, foi se explicar.

Há uma tarefa a cumprir e não precisa ser, necessariamente, com o uso da força; melhor que não seja. Mas tem de ser cumprida, sob pena dos descendentes de índios, em vez de somar com a sociedade branca e nela viver, tornarem-se seus algozes e fatores de desequilíbrio social, até institucional. É preciso assimilar verdadeiramente o índio aculturado, dando-lhe as mesmas condições de vida oferecida ao cidadão comum.

Os governos federal, estaduais e municipais -, a justiça e a sociedade, pelos seus diferentes órgãos e instituições, têm o dever legal de garantir a propriedade, punir os que transgridem o ordenamento

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 101 / 2013

Brasília, 13 de junho de 2013.

jurídico e proporcionar ao cidadão comum o ambiente salubre para viver, produzir e manter sua família. Os índios rebelados, os movimentos sociais exacerbados e os criminosos comuns que atacam, roubam, sequestram e estupram, precisam ser contidos urgentemente. Colocam em risco até a democracia, pois não é esta a democracia que sonhamos...

Dirceu Cardoso Gonçalves

Tenente, diretor da Associação de Assistência Social dos Policiais Militares de São Paulo



Planalto ameaça ir à Justiça para tirar índios da Funai

SÍTIO O GLOBO, 12.06.2013

O ministro da Secretaria Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, ameaçou ontem entrar com uma ação de reintegração de posse contra os índios que ocupam a sede da Funai, em Brasília. Carvalho disse que o governo ofereceu aviões da Força Aérea Brasileira (FAB) para levar um grupo de 150 índios de volta para suas comunidades no Pará. E avisou que, se os índios não desocuparem a Funai, haverá uma ordem de reintegração de posse.

Os índios, que estão na Funai desde segunda-feira, decidiram ficar em Brasília pelo menos até sexta-feira, e vão continuar ocupando o prédio. Ontem, eles pescaram carpas no espelho d'água do Ministério da Justiça.

- Quando você está no governo, tem de zelar pela legalidade, institucionalidade - disse Carvalho.

Os índios reclamam que o governo não está aberto ao diálogo. O ministro considerou natural haver tensão entre governo e índios. Segundo ele, a opção do Executivo será sempre a do diálogo, sem violência, mas a Funai precisa ser desocupada.

Índios Kaiapó fecham a Br-163 em Novo Progresso

SÍTIO JORNAL FOLHA DO PROGRESSO, 12.06.2013



Foto: Local da Br-163 bloqueada pelos Kaiapós.

A reportagem do Jornal Folha do Progresso esteve no local aonde a rodovia BR-163 que liga Cuiaba no Mato Grosso ao Santarém no Pará foi fechada hoje(12/06) as 13:00 horas, nas proximidades da comunidade Nova Veneza entre o distrito de Alvorada da Amazônia e a cidade de Novo Progresso, á aproximadamente 80 índios no local, já havia fila de automóveis e caminhões no local nos dois sentidos da Br-163, eles não permitem a passagem de nenhum veículo, no local tinha um veículo com um Senhor de 73 anos doente indo sentido

Mato Grosso para tratamento, mais não foi permitido passar, os índios prometem permanecer no local até as reivindicações serem atendidas, a BR-163 será liberada o tráfego a partir da 18:00 horas até às 06:00 da manhã, abriram novamente as 11:00 horas da manhã até as 13:00 horas e assim sucessivamente.

Veja abaixo o porque do Protesto:

Segundo os indígenas o protesto é para chamar atenção das autoridades sobre a PEC 215 e PORTARIA 303 expedida pela Advocacia Geral da União.

Indígenas protestam contra a portaria que pretende impedir a ampliação de Terras Indígenas .

Cartas e manifestações de protestos contra a portaria da Advocacia Geral da União (AGU) pipocaram em vários estados brasileiros. Os Kayapó enviaram carta a população e decidiram fechar a BR-163, em Novo Progresso, em apoio aos outros povos e organizações indígenas que protestam e varias regiões do país.

Publicada no dia 16 de julho 2012, a portaria nº 303 da AGU, alvo dos protestos de indígenas, e indigenistas, paralisa a ampliação de Terras Indígenas e determina que a implantação de hidrelétricas e estradas poderá ser feita independentemente de consulta às populações indígenas afetadas quando esses empreendimentos forem considerados "estratégicos" pelo Ministério da Defesa e o Conselho de Defesa Nacional. Segundo a norma, as ampliações de TIs passam a ser exceções: só poderão ocorrer quando forem constatados no processo de demarcação erros jurídicos graves. A alternativa seria anular um processo já finalizado e reiniciá-lo, incluindo a demanda pela ampliação.

A Funai contestou a portaria em 20 de julho em nota técnica, e a AGU concordou em suspendê-la temporariamente até que o governo conclua uma série de reuniões com

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 101 / 2013

Brasília, 13 de junho de 2013.

organizações e povos indígenas para regulamentar a consulta prévia sobre obras que afetem as Terras Indígenas.

São muitas as TIs demarcadas, sobretudo no centro-sul do País, que demandam revisão de limites por não corresponder a toda a área de ocupação tradicional e não ter o tamanho suficiente para garantir a sobrevivência das comunidades indígenas. No início de 2011, havia cerca de 80 pedidos de ampliação de TIs e 54 casos de revisão de limites em andamento no País.

falta de terra é responsável por conflitos e altos índices de desnutrição, mortalidade infantil, suicídio, alcoolismo, criminalidade e doenças decorrentes da mudança do modo de vida tradicional. O caso mais emblemático é o dos Guarani Kaiowá, no Mato Grosso do Sul.

Fonte/Fotos: Redação Folha do Progresso

Índio ferido a tiro deve receber alta médica, diz diretor de hospital em MS
SÍTIO SIDROLÂNDIA NEWS, 12.06.2013

Josiel Alves está com uma bala alojada na sétima vértebra da coluna. Alves foi ferido nas costas, em uma fazenda em Sidrolândia.



O índio terena Josiel Gabriel Alves, 34 anos, deve receber alta médica da Santa Casa de Campo Grande nos próximos dias, segundo o diretor-técnico do hospital, Luiz Alberto Kanamura, em entrevista nesta quarta-feira (12). Alves está internado desde o dia 4 de junho, quando foi atingido por um tiro na sétima vértebra da coluna cervical, em uma fazenda em Sidrolândia, a 70 km de Campo Grande.

"Com certeza a lesão primária vai deixar sequelas, mas o nível dessa sequelas, só o tempo

irá dizer", disse ao G1. A pedido dos familiares e do próprio paciente, o médico não detalhou o estado de saúde do paciente e não foi informado se ele consegue movimentar as pernas. "Ele, no momento, tem muito poucos motivos para continuar internado".

O médico disse que a bala continua alojada na sétima vértebra e que o quadro "não teve uma alteração mais séria". Segundo o médico, somente em prazo de 60 a 90 dias, será possível avaliar a extensão dessa sequelas, mas que o período depende de cada paciente.

De acordo com o diretor, a cirurgia, no momento, não seria indicada. "O neuro já avaliou e isso já está definido, já está instituído; não foi operado, só tem uma indicação no caso dele, se começar a apresentar dor neuropática [dor causada por lesão ou disfunção do sistema nervoso] depois de 90 dias ou mais tempo", disse Kanamura.

Alves foi ferido nas costas na noite de 4 de junho. A Fundação Nacional do Índio (Funai) confirmou que o tiro foi disparado quando o índio estava em uma fazenda da região, mas não detalhou o que teria acontecido.

Internação

A coordenadora substituta da Funai em Campo Grande, Ana Beatriz Lisboa, disse que existe a possibilidade de Josiel Alves ser levado para tratamento na Rede Sarah de Reabilitação. A assessoria do hospital informou que não recebeu ainda pedido formalizado.



Índios na Funai não ganham alimentação correta

SÍTIO NOVO JORNAL, 12.06.2013

Índios invasores da Funai dizem que o órgão não os alimenta devidamente, passando horas sem comer e tendo como alimentação somente o jantar

O grupo de índios que invadiu a sede da Funai (Fundação Nacional do Índio), em Brasília, na segunda-feira (10) reclama que o órgão não está fornecendo alimentação adequada.

Segundo o índio mundurucu Valdenir, eles tiveram que fechar de novo a entrada do órgão nesta quarta (12) de manhã para forçar a Funai a fornecer café da manhã. Valdenir afirmou que nessa terça-feira (11) eles só tiveram o jantar, que chegou tarde da noite.

Depois do novo fechamento, a Funai comprou pão, café e leite para os aproximadamente 150 índios e prometeu o almoço. "Quando não tem comida, a gente passa fome mesmo", disse Valdenir. Contatada, o órgão não se pronunciou até agora.

No começo da tarde de terça-feira (11), ele saíram da sede da Funai e marcharam pela Esplanda até o Ministério de Minas e Energia. Do lado de fora, parte deles se deitou na rua e teve os contornos de seus corpos pintados com tinta, simulando as marcações feitas por peritos em cenas de assassinatos.

A marcha até o ministério teve como principal alvo de protestos a construção de usinas na Amazônia. Os mundurucu serão afetados por um conjunto de cinco hidrelétricas a serem erguidas no rio Tapajós, no oeste do Pará, e dizem que a Constituição dá a eles poder de veto sobre os projetos.

Mesmo não estando entre os afetados diretos, os índios têm participado, também, das invasões a outra megahidrelétrica já em construção - Belo Monte, no rio Xingu, no Pará, cujo processo de licenciamento, já terminado, também não deu suficiente voz às etnias afetadas, argumentam.

Contudo, eles não conseguiram ser recebidos por nenhuma autoridade. Na Funai, nem a presidente interina foi vê-los. O grupo pode ir ainda nesta quarta-feira (12) ao STF (Supremo Tribunal Federal) para protocolar uma carta e pedir uma audiência com o presidente da corte, Joaquim Barbosa, e também ao STJ (Superior Tribunal de Justiça).

Em Brasília desde terça-feira (4), onde chegaram levados pelo governo, eles são quase todos mundurucu, mas há também pessoas das etnias xipiaia, arara e caiapó.

Eles foram para a capital discutir suas reivindicações com o governo, por meio do ministro Gilberto Carvalho (Secretaria-Geral da Presidência). Eles protestam contra a construção de hidrelétricas na Amazônia, obras que impactam seus territórios. Querem ser ouvidos e ter

CONT.



poder de vetos sobre elas. O governo diz que os ouve, mas que eles não podem impedir os projetos.

Carvalho os recebeu uma vez, na semana passada, mas uma segunda reunião, na segunda última, foi frustrada - índios e o ministro se acusam de ter quebrado as regras combinadas para o encontro.

Na Funai, já dormiram de maneira improvisada duas noites seguidas. A promessa do órgão é que eles serão levados de volta ao Pará amanhã, quinta-feira (13), afirmou Valdenir. O horário não está confirmado, disse. As informações são da Folha

Força Nacional deve entrar em área ocupada por índios em MS na sexta

SÍTIO JORNAL PRELIMINAR, 12.06.2013

Prazo foi definido em reunião com lideranças indígenas. Objetivo é pacificar a região e garantir segurança, diz comandante.

Homens da Força Nacional de Segurança devem entrar na área ocupada por índios da etnia terena, em Sidrolândia, a 70 quilômetros de Campo Grande, na manhã desta sexta-feira (7).

O comandante da tropa em Mato Grosso do Sul, major Fernando Luiz Alves, informou que a previsão é que a operação, denominada de Unati Vapeia Neun - Paz no Campo, tenha início por volta das 7h (horário de MS, 8h em Brasília), mas ressaltou que ainda aguarda o fornecimento da logística necessária para a ação, que será viabilizada pelo governo do estado.



Reunião entre índios da etnia terena e a Força Nacional de Segurança foi realizada nesta quinta-feira (6), em Sidrolândia. Foto: Tatiane Queiroz/G1 MS

A entrada da Força Nacional na região foi decidida após reunião entre lideranças indígenas, representantes do Ministério Público Federal (MPF/MS), da Fundação Nacional do Índio (Funai), da Polícia Militar e da Força Nacional, realizada na tarde desta quinta-feira (6), no município. O encontro terminou por volta das 17h e os índios anunciaram que aceitaram a presença dos militares na área.

Segundo Alves, 110 homens vão fazer o patrulhamento, durante 24 horas, nas estradas que dão acesso às fazendas ocupadas na região. A ação contará com revistas e abordagens. Os militares que compõem a tropa atuam nas bases de Dourados, Ponta Porã e também de Brasília. Eles contarão com 16 viaturas.

Liderança da aldeia Água Azul, Jânio Reginaldo afirmou ao G1 que a presença da Força Nacional na área pode dar mais segurança aos índios. "Pra gente é bom. Temos muitas pessoas na comunidade que vão para a faculdade e para a escola à noite. Também temos irmãos que trabalham", disse.

Em relação à permanência dos indígenas nas propriedades ocupadas, o líder afirmou que nada vai mudar. "Vamos continuar na área porque é onde nós já estávamos. E vamos esperar a decisão da Justiça".

"Não vamos fazer reintegração de posse. O objetivo é pacificar a área. Vamos fazer um trabalho de pacificação, para garantir a segurança de índios e dos produtores", disse o major



ao G1.

Portaria Foi publicada na edição desta quinta no Diário Oficial da União a portaria que estabelece a permanência da Força Nacional em Sidrolândia e também em Aquidauana, onde a fazenda Esperança é ocupada por terenas. A portaria, assinada pelo ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, fixa período de 30 dias, que podem ser prorrogados.

A publicação também afirma que a presença da corporação na região será de caráter episódico e planejado para "preservar a ordem pública, a incolumidade das pessoas e do patrimônio, no sentido de proteger a integridade física de todos os envolvidos em conflitos decorridos de invasões de propriedades rurais".

Ainda conforme a portaria, a operação terá apoio logístico e supervisão dos órgãos de Segurança Pública do estado.

Suspensão da reintegração Na quarta (5), o Tribunal Regional Federal 3ª Região (TRF), decidiu suspender a ordem de reintegração de posse, acatando um recurso da Advocacia Geral da União (AGU), feito por meio da procuradoria da Fundação Nacional do Índio (Funai).

A decisão, em caráter liminar, é do desembargador José Lunardelli e, segundo o presidente da Associação de Juízes Federais de São Paulo e Mato Grosso do Sul, Paulo Cezar Neves Junior, ainda será julgada pela 1ª Turma do TRF.

Na reintegração de posse da fazenda Buriti, ocorrida no dia 30 de maio, o índio terena Oziel Gabriel morreu baleado. Os índios chegaram a sair da propriedade, mas retornaram um dia depois.